

TRAJETÓRIAS DE UMA PRÁTICA, HISTÓRIA DE UM CAMPO: NARRATIVA SOBRE O TRABALHO DE EDUCADORES SOCIAIS EM PORTO ALEGRE

Leandro Rogério **Pinheiro** – UNISINOS

Agência Financiadora: CAPES

A elaboração deste texto foi iniciada quando realizava minha pesquisa de doutorado. Envolvido numa iniciativa de inspiração etnográfica, ia regularmente ao Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA) buscando conhecer e problematizar as práticas educativas na organização não governamental (ONG). Nesta caminhada com educadores sociais, produzimos narrativas sobre a trajetória da entidade: ali encontrei um intenso entrelaçamento com a história do campo de educação-assistência¹ e, também, com as mudanças ocorridas na localidade onde atua o CPCA.

Ao contarem sua inserção nas atividades da ONG, as pessoas com quem dialoguei me apresentaram sua versão da relação entre instituição educativa e comunidade. Na medida que avançava a interação, sujeitos oriundos das relações históricas do CPCA no campo foram inseridos na pesquisa e, gradativamente, construí a narrativa que apresento aqui, resultado de complementaridades e contradições dos depoimentos, fruto de buscas por uma articulação entre vivências contadas e reflexões investigativas sobre o contexto social que constitui historicamente as práticas de educação-assistência.

O objetivo, aqui, é analisar a história do CPCA, destacando seus entrelaçamentos com a produção do espaço social de atuação de educadores na assistência social em Porto Alegre. Neste intento, procuro narrar o vivenciado por tais sujeitos e situar as disputas que compuseram e compõem o campo, mirando-o desde uma localidade, desde o que foi enunciado pelos sujeitos de práticas educativas numa atuação comunitária e municipal. Assim, analisei as narrativas como constituintes da formação dos educadores, observando-os como interlocutores integrados e atuantes na produção social da instituição e de seu contexto.

O texto traz inicialmente as referencialidades que fundamentam minha problematização e, em seguida, passa à trajetória da ONG. Assim, imagino explicar o que acabo de enunciar, aportando mais detalhes de meus argumentos inspirados pela noção de 'auto-eco-organização'. Este trabalho apresenta ainda algumas considerações finais, indicando reflexões que proponho sobre educação e mobilizações comunitárias.

¹ Adoto a expressão 'educação-assistência' neste texto para enfatizar a dimensão educativa de práticas socialmente delegadas ao Serviço Social. As atividades realizadas juntos aos programas assistenciais possuem intencionalidades educativas explícitas e, frequentemente, contam com referencialidades e profissionais da área de Pedagogia.

1. Referencialidades para o diálogo: narrativa e auto-eco-organização

Procurarei expor como concebo a análise de narrativas nesta pesquisa. Desta forma, poderei situar como construí o texto sobre a história das práticas educativas-assistenciais no CPCA.

Devo assinalar, primeiramente, que os depoimentos são observados em associação à formação dos sujeitos, como partes de uma sua relação com o contexto, como integrantes de ações auto-eco-organizativas. Assim, narrar compreende contar vivências e enunciar discursos sociais, traçar depoimentos pessoais e informar condições objetivas de vida, situar disputas sociais e indicar tomadas de posição.

[...] os compromissos da formação aludem, necessariamente, a contextos sociais, culturais, pessoais que se imbricam, estabelecendo relações de recíproca influência e determinação, superando-se a ilusão tanto do subjetivismo estéril como da onipotência do social. (BATISTA, 2001, p. 136-137)

Adoto a 'auto-eco-organização' como princípio epistemológico para refletir sobre a formação dos sujeitos, vinculando sua construção à relação entre indivíduos e contexto de ação. Nas palavras de Morin (2001) tal noção seria "...válida para os humanos – que desenvolvem sua autonomia na dependência de sua cultura – e para as sociedades – que se desenvolvem na dependência de seu meio." (p. 95).

Desta forma, conhecer a formação implicaria "o reconhecimento das trajetórias dos homens e mulheres, bem como exige a contextualização histórica destas trajetórias, assumindo a provisoriedade das propostas de determinada sociedade" (BATISTA, 2001, p. 136).

A contingencialidade do processo formativo investigado pode ser associada ainda à singularidade da narrativa que relata a trajetória: a formação atribuída a alguém é atribuída desde um lugar e, ademais, é depoimento construído desde o presente dos sujeitos em diálogo. A noção de auto-eco-organização provoca a considerar as vivências narradas pelo sujeito como parte histórica de si e como auto-delimitadores da interpretação: o que se conta agora é parte de uma forma de estar na relação com os outros, é constituinte/construtor da forma como me auto-eco-organizo no presente.

[...] a interpretação narrativa e espontânea do itinerário de vida comporta uma dimensão imaginária, porque se trata de uma releitura do passado na ótica do questionamento, dos projetos, dos desejos e das perspectivas de vida inscritas no

presente, no passado e nas projeções, mais ou menos conscientes de um futuro próximo ou longínquo [...] (JOSSO, 2004, p. 253)

No correr das proposições de Josso (2004), este *eu* aparentemente permanente, muda de identidade e nele habitam vários ao mesmo tempo. O que narramos sobre nós seria resultado de um tensionamento entre o que aprendemos em nossas circunstâncias de vida e o esforço de afirmação de nossa identidade, numa produção auto-referente visando certa unidade. Agir, refletir, contar são construções de um sujeito que vive conhecendo-se e reconstruindo-se, de maneira que sua formação reorganizaria seus pressupostos, valores de conduta, discursos sociais.

[...] ir ao encontro de si visa a descoberta e a compreensão de que viagem e viajante são apenas um. (p. 58)

[...] As lendas familiares que inspiram nosso lugar na descendência, as lendas dos nossos heróis, as histórias que contamos para nós mesmos a respeito de nossa vida, tudo isso é mobilizado no processo de formação e de conhecimento. (JOSSO, 2004, p. 205)

Integrando, neste ponto, as contribuições de Bourdieu (1996; 1999; 2000) acerca das condições objetivas e das relações de poder que constituem o processo formativo, gostaria de reforçar argumentos sobre o entrelaçamentos entre depoimentos, projetos e posicionamentos pessoais e a construção social dos contextos nos quais atuamos.

Este autor nos fala de certa “relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 139-140), referindo a ligação entre sujeitos e campo de ação. Assim, Bourdieu propõe que o espaço social se reconstrói em nós, gerando instrumentos para a ‘naturalização’ e, também, para a reflexão do convívio, de forma que nos configuramos como estruturas estruturadas e estruturantes das relações sociais: seríamos, em parte, resultado das relações objetivas que vivemos, compartilhando socialmente práticas e interesses.

Nossa participação no espaço social e nas práticas formativas que este instaura se dariam a partir de relações de disputa, conforme o quantum de “poder sobre o campo (num dado momento) e, mais precisamente sobre o produto acumulado do trabalho passado, logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens”

(BOURDIEU, 2000, p. 134). Estruturalmente articulados ao campo², estabelecemos estratégias de disputa pelos recursos disponíveis no lócus de atuação.

Assim, o autor fundamenta uma perspectiva que salienta a interdependência de nossa formação às condições objetivas que nos envolvem, de modo que possamos conceber a narrativa para além do depoimento pessoal, como fonte de caracterizações coletivas e sociais, incluindo aí as condições de poder.

A aproximação ao referencial de Boudieu visa trazer à investigação as condições relacionais de poder que constituem o contexto de atuação, usualmente expressas na noção de 'tomada de posição'. Desta forma, as narrativas dos educadores são contempladas considerando que tais interpretações, permeadas por discursos sociais, constituem as tomadas de posição dos sujeitos, influenciando sua participação nas interações sociais - incluindo aí as relações de poder no lócus.

Com a articulação destes referenciais, procuro situar meu entendimento sobre a formação e a construção de narrativas numa perspectiva auto-eco-organizativa, como processo de produção auto-referente mediante as condições disponibilizadas: uma autonomia relativa incrustada numa dependência relativa; nem puramente reprodução social, nem exclusivamente liberdade individual

[...] ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que, potencialmente, todo sujeito é não apenas ator, mas autor, capaz de cognição/escolha/decisão. A sociedade não está entregue somente, sequer principalmente, a determinismos materiais; ela é um mecanismo de confronto/cooperação entre indivíduos sujeitos, entre “nós” e os “Eu”. (MORIN, 2001, p. 127-128)

Assim, concebo as reflexões sobre a história de um campo desde a trajetória de uma instituição educativa; desta forma produzi esta narrativa sobre as práticas de uma ONG a partir de depoimentos singulares. O texto que segue é fruto de diálogos com educadores sociais da entidade, gestores públicos e lideranças comunitárias articulados à rede de relações

² “[...] Espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas, o campo se define como o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão.” (Ortiz, 1983, p. 19). Para efeito deste texto, a noção de 'campo' será utilizada algumas vezes em referência ao espaço social de atuação do CPCA e seus gestores, nas relações com a rede municipal de assistência e com a comunidade próxima, sem, com isso, pretender uma delimitação estrita da área de assistência social.

do CPCA³, saindo da instituição para seu entorno, de maneira que as informações históricas aportadas tiveram um ponto de partida local, específico, explicitando uma versão produzida no presente de interações/contrastes entre os sujeitos e entre estes e o pesquisador.

2. Uma narrativa sobre o trabalho de educadores sociais: trajetórias de uma prática

Neste item, articularei minha narrativa sobre a história do CPCA, nas suas imbricações com a comunidade próxima e com o sistema de assistência social de Porto Alegre. Assim, visando sujeitos e disputas envolvidas, procurarei desenhar inferências sobre o processo de institucionalização do trabalho de educar-assistir e da coordenação das práticas na ONG nos últimos anos.

2.1 A Lomba e a chegada dos franciscanos

Começarei com depoimentos sobre o bairro Lomba do Pinheiro antes da chegada dos franciscanos, fundadores do CPCA.

A localidade onde atua a instituição configura-se atualmente como uma região semi-urbanizada, cortada por uma rodovia central que delinea a região. Em geral, as localidades próximas à via principal são mais bem servidas com sistemas de esgoto, água, rede elétrica e transporte público. Além disso, as moradias são mais bem acabadas e seguras. No entanto, quando nos afastamos da rodovia e entramos nas "vilas", como costumam designar os educadores, encontramos ocupações clandestinas em situações de risco, com rede elétrica improvisada, serviços públicos precários, degradação ambiental e uma população com reduzido grau de escolaridade e baixos níveis de renda.

Na década de 50, começavam a se constituir as primeiras "vilas" na Lomba do Pinheiro, próximas a via principal. Não havia sistema de abastecimento de água, saneamento básico e energia elétrica. As ruas não eram asfaltadas e o escasso transporte coletivo⁴ precisava ser guinchado a trator muitas vezes em função das más condições de conservação da estrada.

Segundo relato de Dona Odila, alguns dos primeiros moradores iniciaram reuniões na comunidade com o intuito de reivindicar melhor infra-estrutura para a Lomba do Pinheiro. Reconhecida pelos freis como antiga liderança local, ela teria representado o conselho local

³ A pesquisa foi realizada entre setembro de 2005 e novembro de 2007, contando com a observação das atuais práticas educativas-assistenciais do CPCA, a análise de documentos e um conjunto de entrevistas semi-estruturadas.

⁴ Segundo contaram os entrevistados, nesta época o transporte coletivo na Lomba do Pinheiro resumia-se a dois horários diários: ida ao centro da cidade pela manhã; e retorno ao bairro ao final da tarde.

de saúde do bairro por seis anos e, segundo a própria, as relações comunitárias eram perpassadas por práticas de cooperação recíproca. Dessa forma, os sujeitos organizaram laços de solidariedade em torno do acesso e conquista de condições materiais básicas.

[...] desde que eu vim pra cá [por volta de 1955] já tinha reunião na comunidade, pra gente vê o que precisava e corrê atrás [...]

[...] quantas vezes vinham aqui chamá meu marido pra puxá os ônibus que atolavam na estrada em dia de chuva. A gente tinha uma olaria, né, e tinha um trator, então, nos procuravam. E a gente sempre ajudando os outros sem dizer que você me deve [...]⁵

Nos anos 60, os moradores teriam conquistado o acesso ao fornecimento de energia elétrica. Em seguida, teriam iniciado a reivindicação pelo abastecimento de água, ainda que a maioria das residências contasse com existência de poço. A região, inicialmente rural, foi se dividindo em pequenos lotes. A partir de 1970, cresce a ocupação, tendo hoje o maior número de ocupações clandestinas de Porto Alegre. Foi também nos anos 1970 que chegaram os primeiros freis na Lomba do Pinheiro.

Frei Flávio Guerra conta que a Lomba recebeu os franciscanos em 1971. A Ordem dos Frades Menores objetivava “acolher migrantes do êxodo rural sem assistência religiosa”. A opção por assistir a região teria seguido a sistemática convencional de diagnóstico da Ordem, estabelecendo prioridades estratégicas de ação desde seu lócus, no campo religioso: são realizados levantamentos regionais pelos próprios freis, e em assembléia geral (que ocorre de 3 em 3 anos) é feita a análise do contexto sócio-cultural, econômico e político no Rio Grande do Sul.

Na época, analisando a situação do campo e da cidade, teriam observado a existência de um êxodo rural crescente para periferias da capital gaúcha. A partir dos anos 50, a cidade de Porto Alegre visualizará um processo de “urbanização por expansão de periferias”, que se agravará na década seguinte, cujas condições de infra-estrutura seriam bastante precarizadas (CARNEIRO, 1992).

O processo migratório determinado pela ocupação capitalista do campo e a difusão da monocultura de exportação ejetam para a cidade os excedentes sociais miserabilizados pela crueza das novas formas produtivas. Ocorre que as cidades interioranas não têm estrutura capaz de assimilar, com empregos e expectativas

⁵ Depoimento de Dona Odila em janeiro de 2007.

econômicas, esses êxodos regionais.

Inclusive, no caso porto-alegrense, esse processo, de certa forma, era estimulado nos anos cinquenta pela legislação regulamentadora de loteamentos, encarecedora dos lotes. (CARNEIRO, 1992, p. 136)

Então, considerando esse migrante como um sujeito a “ficar desprovido de assistência religiosa” e, também, a opção franciscana “pelos mais necessitados”, a região da Lomba do Pinheiro passou a receber representantes religiosos, segundo Frei Flávio.

O Frei comenta que, quando chegaram ao bairro, não havia fornecimento extenso de energia elétrica nem abastecimento de água, sendo que o transporte coletivo era precário. Neste sentido, os franciscanos teriam iniciado a organização de associações de moradores para reivindicar o acesso a estes serviços públicos.

Segundo contam os entrevistados, as lideranças comunitárias existentes e os franciscanos teriam trabalhado juntos na busca de tais direitos, com certo consenso em relação à precariedade dos serviços na Lomba. As conversas que tivemos explicitaram que essas mobilizações, para além das disputas com o poder público, eram permeadas por tensões entre os representantes locais. Se, por um lado, os franciscanos admitem a importância da colaboração de lideranças locais, narram sua própria atuação como estratégica para a organização sócio-política no bairro. Já as lideranças comunitárias procuram reforçar sua importância na orientação aos freis recém-chegados.

Os franciscanos, quando de sua chegada à Lomba do Pinheiro, passaram a atuar conforme sua 'especialidade', usufruindo dos saberes e poderes socialmente atribuídos aos profissionais da religião. Rezavam missas, visitavam famílias, catequizavam. Esse processo se deu por alianças com as lideranças já constituídas, de forma que, na confluência de propósitos, se apoiavam nos saberes dos sujeitos da comunidade para conhecer os moradores, conquistar adesões, atualizar concordâncias simbólicas.

As primeiras missas e celebrações (primeira comunhão, por exemplo) foram realizadas inicialmente nas dependências da olaria do esposo de Dona Odila. O mesmo empreendimento forneceu água gratuitamente para a construção do Centro de Proteção do Menor, hoje, o CPCA.

De outro lado, os franciscanos trouxeram certa sistemática de atuação, dispendo novos saberes no campo. Em atas de reunião de 1977, com a participação de freis e de lideranças leigas, encontrei a denominação "Comunidade Católica das Paradas 9, 10 e 11". Nestas reuniões, era incentivada a mobilização local, redimensionando-a no que tange à composição

das lideranças e à sistemática de organização, associando, ademais, ação sócio-política e pertencimento religioso.

A mensagem religiosa mais capaz de satisfazer o interesse religioso de um grupo determinado de leigos, e de exercer sobre o efeito propriamente simbólico de mobilização que resulta do poder de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, é aquela que lhe fornece um (quase) sistema de justificação das propriedades que estão objetivamente associadas ao grupo na medida que ele ocupa uma determinada posição na estrutura social. (BOURDIEU, 1999, p. 51)

2.2 A criação da "Creche dos Freis"

Em meados dos anos 1970, com o crescimento populacional na Lomba do Pinheiro, os franciscanos decidiram criar uma creche para acolher os filhos de trabalhadores empobrecidos que residiam no bairro. Em geral, as crianças não tinham com quem permanecer durante o dia. Assim, em 1979, foi inaugurado o Centro de Proteção do Menor (CPM).

Na época da fundação da entidade, os freis atuavam na região em trabalho de pastoral, no entorno do CPM, realizando círculos bíblicos e visitas às famílias, organizando grupos de jovens e efetuando organização de celebrações religiosas (muitas vezes, nas dependências da entidade). De acordo com os entrevistados, os franciscanos tiveram a colaboração de lideranças locais para lograr a efetivação do CPM, sendo que inclusive a escolha e aquisição do terreno tiveram assessoria de moradores do bairro.

Os recursos para a construção dos prédios vieram de ONGs franciscanas alemãs e também da comunidade, na cedência de água e materiais. E, mais tarde, na seleção dos primeiros beneficiários, líderes comunitários teriam participado, de forma que a concepção da obra assistencial parece ter se dado na articulação entre forças institucionais religiosas e comunitárias.

Embora de origem distintas, a relação entre franciscanos e leigos parece ter se dado em intensa integração. Posicionando-se "ao lado" no cotidiano, os profissionais do campo religioso reforçam seu poder simbólico entre os que concebem e compartilham o ideário que os distingue: a suposta anulação da diferença pela opção 'mendicante', comprometida e despojada, que aproxima os freis dos moradores, valoriza-os e distingue pelo reforço simbólico do mérito social de sua atitude.

Os primeiros serviços da conhecida "Creche dos Freis" foram reforço escolar, recreação, horta comunitária e alimentação aos assistidos. Na medida que adentramos os anos 1980, serão desenvolvidos também cursos de preparação para o trabalho, como datilografia e

marcenaria. Entre os escassos registros que encontrei para esta década, observei que o CPM era chamado também de Centro Comunitário São Francisco de Assis, como que confundindo identidade com o Instituto Cultural São Francisco de Assis, organização que representa a provincial franciscana no Estado.

Nesse período, foi articulada a primeira parceria com a AMENCAR para apadrinhamento de crianças, como ocorre até hoje⁶. Esta mesma ONG valorizará a realização de cursos profissionalizantes, de forma que Frei Bruno (diretor geral do CPM) e seus colegas da época pensavam estruturar oficinas de padaria, corte e costura, técnico em eletricidade e marcenaria. Mas a tendência à promoção da profissionalização continuará convivendo naquele momento com as atividades pastorais e com iniciativas como cursos para lideranças de periferia.

Em relação às iniciativas de formação profissional, era objetivo dos freis oferecer qualificação técnica para os moradores do bairro, visto que a maioria não estava preparada para o mercado de trabalho urbano.

A década de 1980 foi marcada por um declínio das taxas de expansão econômica no país. Neste período, foi possível verificar uma busca por tecnologias para incremento da produção, gerando o que Leite (1996) denominou uma "inovação seletiva" nos processos de trabalho.

As inovações têm sido implantadas através da adaptação de antigas construções, layouts e processos, por meio de mudanças graduais. Os processos tradicionais e modernos tendem a combinar-se. (LEITE, 1996, p. 153)

As demandas por qualificação do trabalho seguem na esteira dos planos político-econômicos do decênio anterior e, nos 1980, terão uma formação técnica de ensino médio pautada pela formação de trabalhadores sobretudo para a indústria. Creio que as práticas profissionalizantes encaminhadas no CPM compartilhavam de tal discurso, visando integrar as pessoas ao mercado de trabalho e fazendo-o em atenção à modernização tecnológica dos espaços de trabalho assalariado no Brasil.

Compreendo, por outro lado, que a perspectiva de ação dos franciscanos não estava vinculada diretamente às demandas de qualificação da indústria brasileira, mas sim à ampliação (um tanto difusa) das chances de inserção de trabalhadores no mundo do trabalho,

⁶ O "apadrinhamento" de crianças, realizado ainda hoje, configura-se na destinação regular de recursos para a assistência de um educando.

considerando a condição de vulnerabilidade social dos mesmos. Os cursos que ministravam não estavam voltados a setores de "ponta" no que tange ao incremento técnico-produtivo (a exemplo do ramo metal-mecânico) e, até aonde pude perceber nos depoimentos, a intencionalidade educativa não estava prioritariamente focada na profissionalização. A integração da ONG ao bairro a provocava para ações múltiplas de apoio conforme demandava a comunidade.

2.3 A constituição do CPCA e a reorganização da assistência

Até 1989, a Creche dos Freis mantinha o atendimento a filhos de trabalhadores, a realização de cursos profissionalizantes e atividades de integração comunitária. Então, alguns fatores instigaram um processo de ruptura nas atividades da ONG: a constatação de que justamente os mais empobrecidos estavam evadindo das atividades do CPM; a participação de representantes organizacionais na luta pelos direitos das crianças e adolescentes no município; e a crescente necessidade de ajustes para continuidade dos serviços de creche.

Em 1990, Frei Flávio Guerra assumiu a direção do CPM, com a incumbência de iniciar um processo de mudança nos serviços prestados. Foi encaminhado um levantamento descritivo junto à população, grupos de estudo foram formados e assessorias externas foram contratadas. As discussões com a equipe de trabalho (a esta altura, formada também por monitores leigos) tiveram início com duas perspectivas: redirecionar os trabalhos para os mais empobrecidos; e atender a sugestão dos potenciais beneficiários, oferecendo novos cursos de profissionalização.

Falamos de um processo com tensões, permeado de conflitos com antigos colaboradores, que tiveram que se afastar da "obra" nesta fase de funcionamento. A transição dizia respeito a um processo extensivo à cidade e ao país, sendo que a alteração na forma de atuação vem entrelaçada a novos laços de cooperação, novas alianças, novos saberes.

[...] nós tivemos que contratar colaboração externa, porque vimos que pelos que estavam dentro não ia acontecer. Os funcionários queriam continuar fazendo do mesmo jeito e chegavam a boicotar o trabalho [...]⁷

Sancionada a constituição de 1988 e promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), profissionais da área de educação e de assistência social de Porto Alegre passaram a atuar pela publicação da lei 6787/91, que legitimaria em nível municipal os

⁷ Depoimento de Frei Flávio, ex-diretor do CPM, em janeiro de 2007.

direitos e o aparato de atendimento previstos pelo ECA.

Com a municipalização da assistência na década de 1990, endossada pela Legislação Orgânica de Assistência Social (LOAS), a gestão local assumiu programas da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), adotando, ademais, um recorte de renda para os serviços assistenciais.

Além disso, foram criados novos programas sociais, associados a uma rede de conselhos de fiscalização. Em 1996, por exemplo, foi criado em Porto Alegre o programa ‘Sinal Verde’, voltado ao atendimento de famílias empobrecidas, iniciando o que hoje é o Núcleo de Apoio Sócio-Familiar (NASF). Ainda nos anos 1990, o Serviço de Apoio Sócio-Educativo (SASE) e o programa Trabalho Educativo (TE) foram instaurados. Em nível federal, fora criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Ambientadas as condições de fundação do Fórum e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, as ONGs que vinham compondo a assistência a este público no município candidataram-se à primeira gestão, que acabaria por formatar as primeiras regras de funcionamento das duas instâncias de deliberação. O CPCA foi representado nas duas primeiras comissões (1991-93; 1993-1995).

[...] quando chegaram ao Conselho, as entidades não se conheciam, não sabiam da necessidade de articulação, e precisavam estudar o ECA. A gestão pública, na época, tinha proposta e tentava “patrolar” as entidades. Via-se, então, a necessidade de conhecer as leis e sua interpretação [...]⁸

A partir dos saberes acumulados, os sujeitos atuantes constituíram, gradativamente, a rede de assistência à criança e ao adolescente, instaurando sua forma de organização. O CMDCA, eleito pela assembléia do FMDCA para fiscalizar os serviços prestados à criança e ao adolescente no município, não é paritário, tendo dois terços de representantes da sociedade civil (o único no país com esta conformação). Além disso, os primeiros convênios com entidades assistenciais, em 1993, foram promovidos pelo FMDCA, com escassa participação administrativa do governo municipal. Os programas Serviço de Apoio Sócio Educativo (SASE) e Trabalho Educativo (TE) foram criados a partir de saberes de antigas iniciativas das entidades.

[...] o Fórum puxou tudo isso com apoio da secretaria de educação, enquanto a

⁸ Depoimento de Haidê, ex-presidente do CMDCA, em janeiro de 2007.

FASC nem estava preparada [...] ⁹

Neste ínterim, o re-ordenamento institucional foi proposto, seguindo premissas expressas no ECA: valorização dos vínculos do educando com sua família; reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que, desta forma, precisam ter consideradas as peculiaridades de suas etapas de formação. Assim, os serviços assistenciais deveriam oferecer condições para o desenvolvimento da criança, para além da ocupação do tempo ou da capacitação profissional.

Em 1997, as entidades assistenciais criaram a Associação de Apoio ao FMDCA (ASAFON), visando fortalecer o Fórum, de modo a facilitar, inclusive, a captação de recursos. A organização da máquina estatal nesta área não parecia, ainda, protagonizar as atividades. A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) será criada em 1999, numa adaptação da Fundação de Educação Sócio Comunitária (FESC), na época voltada a atividades esportivas e de lazer, como futebol e recreação em piscinas.

O CPCA participou das mudanças no sistema de assistência social do município na medida em que também procedia o processo de transição interna. Em meados dos anos 1990, as fontes de manutenção começam a ser alteradas. Recursos que, originalmente, vinham de organizações alemãs serão buscados também em bases locais, como o FMDCA ou a já conhecida AMENCAR. Na mesma época, a equipe se configura rumo a características técnico-pedagógicas. Na seqüência do processo iniciado por Frei Flávio e Frei Pedro conduzirão a articulação aos conselhos municipais e a profissionalização do quadro de educadores.

[...] eu tô no CPCA há 25 anos já. Lembro que o Frei Bruno me perguntou se eu não queria trabalhar aqui pra ensinar corte e costura. Eu aceitei e tô aqui até hoje [...] O CPCA pra mim é uma segunda casa. O trabalho dos freis é muito importante. Eles tão sempre me apoiando a estudar e tô fazendo faculdade agora. Não é fácil [...] ¹⁰

Até o final dos anos 1990, os serviços do CPCA foram se reconfigurando rumo aos programas que se desenhavam para a assistência social em Porto Alegre, nas relações de disputa e complementaridade entre organizações assistenciais e poder público.

[...] marcenaria nós até... uma leitura que nós fizemos... isso já próximo a... ao final

⁹ Depoimento de Haidê, janeiro de 2007.

¹⁰ Depoimento de Leoni, educadora social mais antiga no CPCA, em novembro de 2006.

da década de 1990, que não era uma... algo que era significativo pra comunidade, eram cursos que tinham pouca procura. Quem tinha mais interesse eram crianças de 10, 12 anos, que queriam fazer o curso de marcenaria; os jovens, e que não, na verdade não inseria no mercado de trabalho. E era de muito risco né, pelos equipamentos, pra gente trabalhar com crianças né. E tinha uma outra instituição, e nós achamos melhor que quando tivesse algum jovem que tivesse interesse mesmo... que tivesse o desejo mesmo de se qualificar nessa área, a gente encaminhava pro Calábria na época [...] ¹¹

No final dos anos 1990, Frei Pedro, atual diretor geral, consolida-se como a principal referência pedagógica na entidade. Neste momento, tinha concluído a graduação em filosofia e a especialização em psicopedagogia que, segundo conta, configuram referentes importantes para as orientações que presta à equipe de educadores, o que indica a busca e consolidação de novos saberes no campo.

A atual condição da ONG, de executora de programas sociais governamentais, foi se consolidando com sua participação nos fóruns de deliberação municipais e também na medida em que se institucionalizava a rede de assistência e a gestão de recursos para a defesa de direitos da criança e do adolescente, inspiradas nos encaminhados legitimados pelo ECA. Tal situação não foi produzida e tampouco se constitui hoje sem tensionamentos. A execução de programas sociais como principal serviço organizacional é acompanhada de outras iniciativas e parcerias, conforme demanda da comunidade próxima. Cursos de alfabetização, oficinas de informática ou outras práticas educativo-assistenciais foram e são produzidas de maneira mais ou menos sistemática ¹², construindo uma história de movimentos cotidianos na interação entre educandos, equipe de trabalho, comunidade política, entre outros.

Os atuais gestores do CPCA, a exceção de Frei Pedro, ingressaram na instituição nos anos 2000. O então Frei Saulo ¹³ chega a ONG para prestar serviços de auxiliar administrativo e, em 2002, assume a administração financeira, patrimonial e do departamento pessoal. Clara concluía o curso de magistério quando foi convidada por freis da comunidade onde ministrava

¹¹ Idem.

¹² Em leitura de documentos do CPCA e, em particular, de atas de reuniões, encontrei registros de cursos de curta duração ou iniciativas pontuais, que não diziam respeito à execução de programas sociais vinculados ao Estado, decorrendo de outras fontes de recursos e de demandas comunitárias distintas. Em 2000, por exemplo, há registros de cursos de alfabetização, assim como de certificados de oficinas profissionalizantes junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

¹³ Saulo fez a opção por deixar a Ordem, mas mantém sua atuação como administrador da instituição.

catequese. Passou a trabalhar, então, como educadora na Casa São Francisco¹⁴, permanecendo na função até 2002, quando assume a coordenação do programa SASE. Em 2001, chega Joana (pedagoga), para trabalhar como educadora, com apoio de Clara. Em 2005, a educadora passa à coordenação do SASE, enquanto Clara é transferida para a coordenação do programa Trabalho Educativo.

[...] era bem diferente a estrutura na época em que eu cheguei, assim [...] A gente não trabalhava com SASE. Era diferente. Era apoio educativo, era outro esquema, né [...] Eu trabalhei na parada 15 até me oferecerem a coordenação do SASE. Daí eu vim pra cá e isso faz três anos [...]¹⁵

Estes gestores ingressam no CPCA ao final de um processo de instauração de novas práticas assistenciais. Saberes do campo religioso continuam presentes na ONG, mas passam a conviver com conhecimentos de pedagogia, psicologia e serviço social, materializados na atuação profissional dos integrantes da equipe e também no campo de deliberação constituído em torno dos direitos da criança e do adolescente, ainda que pese a fragilidade de acesso a recursos públicos pela população assistida na Lomba do Pinheiro.

Segundo uma das coordenadoras da rede da FASC, haveria hoje uma grande rede de ONG que trabalha com crianças e adolescentes em Porto Alegre, de forma que a participação de entidades é bastante ativa e propositiva, e a FASC não seria a principal norteadora dos serviços para este público. No entanto, a Fundação disputa o direcionamento do trabalho no papel de manutenção e preparação da rede, capacitando as equipes técnicas, prestando assessoria no planejamento das entidades e custeando as metas de atendimento.

A educação-assistência no bairro Lomba do Pinheiro, como no restante da cidade de Porto Alegre, é conduzida por parcerias institucionais entre ONG e Estado, materializados em metas de atendimento distribuídas em convênios e fiscalizados pelo CMDCA e pelos Conselhos Tutelares. Os educadores sociais atuantes hoje, pautados por cursos de ensino superior (Serviço Social, Pedagogia e Educação Física na maioria dos casos) ou pela experiência de trabalho, tendem a serem alocados junto a estruturas de programas institucionalizados.

¹⁴ A Casa São Francisco fora construída ainda na gestão de Frei Flávio Guerra, como uma das medidas de aproximação às comunidades mais empobrecidas. É citada hoje pelos gestores como um espaço diferenciado de trabalho, justamente por sua integração com os moradores da vila.

¹⁵ Depoimento de Clara em novembro de 2005.

3. Considerações finais: problematizando a história de um campo

Creio que poderíamos pensar o CPCA como uma emergência das relações construídas historicamente entre franciscanos, Estado e lideranças comunitárias da Lomba do Pinheiro. O advento da organização, e a consolidação de determinadas fronteiras práticas e imaginárias que acarreta, resultou das disputas e solidariedades entre os sujeitos atuantes no bairro nos anos 1970 e 1980, com destaque para a forma de imersão militante comunitária dos freis e para atuação prévia de representantes dos moradores da localidade.

A partir das alianças produzidas, a entidade se constituíra de maneira bastante informal e porosa à participação de leigos, passando, depois, por rupturas que reorganizaram as possibilidades de participação e as relações de poder na formatação dos serviços da organização. Ao longo da década de 1980, o CPCA logrou um conjunto de parcerias internacionais e também locais, formalizando administrativamente a posição já ocupada simbolicamente pelos freis na implementação do projeto assistencial e religioso.

Já nos anos 1990, o CPCA se integra a um movimento organizado em nível nacional, voltado à proteção e promoção da criança e do adolescente. Por um lado, o distanciamento das populações mais empobrecidas da Lomba do Pinheiro e, por outro, a participação em debates relativos aos direitos dos assistidos pela entidade, levaram a uma reorganização dos trabalhos da ONG.

A ONG se integrou ativamente na elaboração de programas sociais e fóruns de deliberação municipais, na mesma medida que era permeada por discursos sociais em ascensão no campo. A vinculação dos serviços prestados pelo CPCA à subvenção estatal e à profissionalização da educação-assistência levaram ao envolvimento mais intenso de educadores laicos na gestão organizacional. Agora, porém, tais trabalhadores assumem tomadas de posição legitimadas pelos saberes profissionais que passam a constituir o campo (sobretudo, serviço social e pedagogia) e pelos discursos associados aos direitos de crianças e adolescentes.

Tomadas de posição de religiosos, moradores do bairro, organismos estatais e profissionais da educação-assistência mantêm-se no campo numa tensão recursiva conforme os discursos sociais que os constituem historicamente, numa relação de forças que varia no tempo. O trabalho de educar-assistir mudou historicamente no CPCA, ‘profissionalizando-se’ em direção a saberes pedagógicos e de serviço social, dado o processo de institucionalização da assistência social, que leva a novas alianças e novas práticas internas na prestação de contas e na sistematização das atividades.

Da liderança política e comunitária, caminhamos para a assistência social exercida

com status de direito social legítimo. Da forte inter-relação com lideranças comunitárias, passamos à institucionalização numa rede estatal e não-governamental, exigindo, inclusive, características diferenciadas aos educadores, rumo a outros saberes profissionais (administrativos, assistenciais, pedagógicos, etc.).

Além disso, houve um processo de reorganização em decorrência das mudanças comunitárias, levando a novas prioridades de atendimento e novas tensões com a população assistida. A comunidade próxima e suas lideranças participam menos da gestão organizacional; os laços sociais se tornam gradativamente menos informais e as regras do trabalho mais prescritas.

O histórico de institucionalização narrado, é bom salientar, trabalhou a favor da constituição de uma série de políticas públicas importantes na conquista de direitos sociais a populações empobrecidas, almejando sua emancipação. Todavia, fica o questionamento pelas atuais possibilidades de participação daqueles denominados 'assistidos' ou 'educandos'; fica a necessidade de refletirmos sobre as potencialidades instituintes das tomadas de posição de representantes das comunidades onde presta serviços o aparato educativo-assistencial.

Referências:

BATISTA, Sylvia H. Formação. In: FAZENDA, Ivani (org.) **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 135-140.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Você disse "popular"? **Revista Brasileira de Educação**, n. 1, jan-abr/1996, p. 16-26.

CARNEIRO, Luiz Carlos. **Porto Alegre: de aldeia a metrópole**. Porto Alegre: Oficina da História, 1992.

DESAULNIERS, Julieta. **Trabalho: a escola do trabalhador?** Porto Alegre: UFRGS, 1993.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LEITE, Elenice M. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: BRUNO, Lúcia (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996, p. 146-187.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 01-145.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1983.